Boletim Especial
8 de março
Dia da Mulher

Março - 2023

A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho

Foto de Zen Chung | Pexels

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

A inserção das mulheres rurais no mercado de trabalho

Introdução

No dia 8 de março, o DIEESE apresentou um retrato da situação das mulheres no mercado de trabalho[1], com dados que revelam enorme desigualdade de oportunidades em relação aos homens: maior dificuldade de conseguir um trabalho, menores rendimentos e maior informalidade na contratação são alguns dos problemas enfrentados por elas. Na zona rural, essa desigualdade também está presente, como mostram as informações da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -(PNADc) analisadas neste estudo, relativas aos 4ºs trimestres de 2022 e de 2019 e referentes às mulheres que têm domicílio na zona rural.

No 4º trimestre de 2022, o contingente feminino na população em idade ativa (PIA) - ou seja, com 14 anos ou mais - residente na zona rural foi de 10,8 milhões, o que representou 12,0% da população feminina brasileira em idade ativa e 47,6% da PIA da zona rural. Ao contrário do que ocorreu na cidade, onde eram a maioria da população em idade ativa[2], as mulheres estiveram em menor número no campo. Já o contingente de homens domiciliados na zona rural foi de 11,9 milhões no mesmo trimestre.

A força de trabalho feminina na zona rural somou 3,8 milhões, sendo que 3,4 milhões estavam ocupadas e 326 mil, desocupadas. Já o número de mulheres fora da força de trabalho foi bastante expressivo e totalizou 7,0 milhões.

Entre as ocupadas, houve queda de -3,4% no período pré e pós pandemia, o equivalente a uma diminuição de 120 mil mulheres. O contingente de desocupadas caiu de 513 mil para 326 mil, ou seja, apresentou redução de 36,5%. No mesmo período, a população feminina fora da força de trabalho cresceu apenas 50 mil, ou 0,7%.

A comparação entre as informações relativas aos 4º trimestres de 2022 e de 2019 mostra que houve queda no número de pessoas que compõem a força de trabalho. Entre as mulheres, a redução foi de -7,6%, e, entre os homens, de -3,5%.

[1] Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2022/mulher.html>

[2] A população feminina com 14 anos ou mais, ou em idade para trabalhar, somou, no Brasil, 89,8 milhões, o equivalente a 51,7% da PIA

Estimativa da população com domicílio na zona rural segundo condição de atividade, por sexo - Brasil, 4º trimestre de 2019 e 4º trimestre de 2022 (em 1.000 pessoas)

Condição de atividade	4º trim. 2019		4º trim. 2022		Variação Mulher	Variação Homem
	Homem	Mulher	Homem	Mulher		
Pessoas na força de trabalho	8.048	4.072	7.765	3.763	-7,6%	-3,5,%
Ocupados	7.449	3.560	7.364	3.438	-3,4%	-1,1%
Desempregados	598	513	401	326	-36,5%	-32,9%
Pessoas fora da força de trabalho	4.033	6.964	4.116	7.014	0,7%	2,1%
Total	**12.081**	**11.036**	**11.880**	**10.777**	**-2,3%**	**-1,7%**

Fonte: IBGE.PnadC
Elaboração: DIEESE

A taxa de participação[3] das mulheres com domicílio na zona rural na força de trabalho foi de 34,9%, inferior à taxa de participação masculina domiciliada no campo, que correspondeu a 65,4%. É importante notar que essa taxa para ambos os sexos foi inferior à observada na população total do país: 52,7% registrados para a população feminina, e 72,1%, para masculina.

Desemprego

A taxa de desocupação das mulheres é sempre maior do que a média, o que reflete a dificuldade feminina em conseguir colocação no mercado de trabalho.

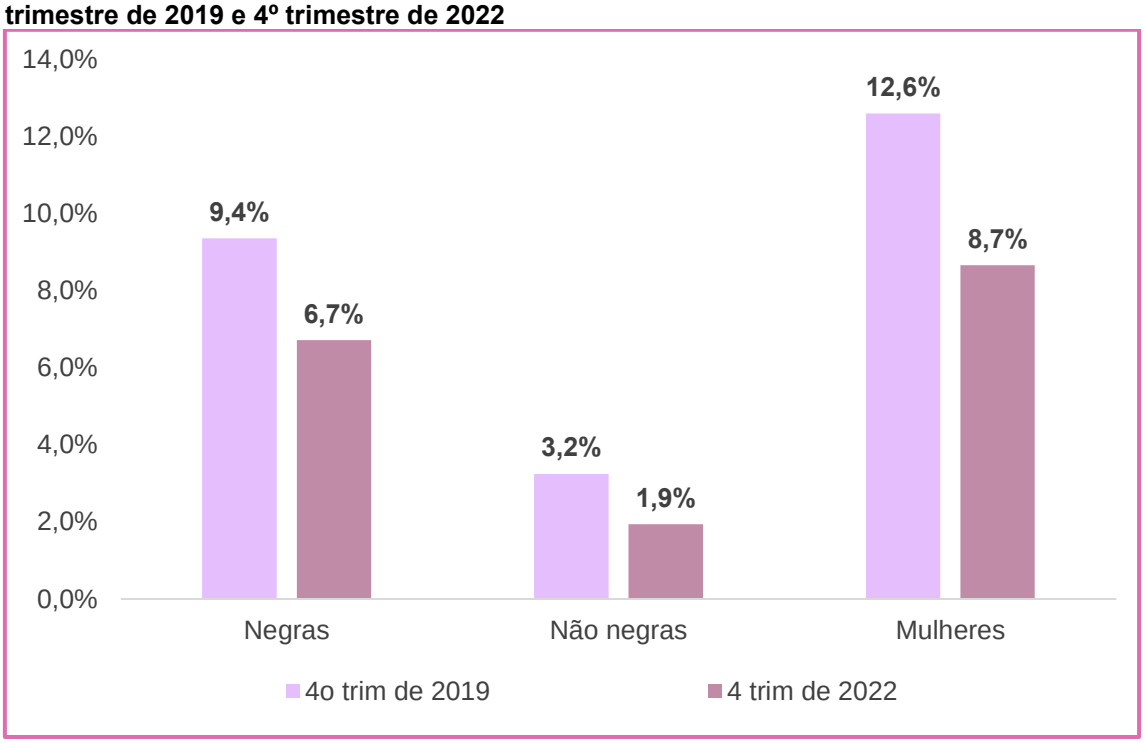
No 4º trimestre de 2022, a taxa de desocupação média para todas as mulheres no país foi de 9,9% e a da população total, de 7,9%. Para a população total da zona rural, o percentual foi de 6,3% e, para os homens, de 4,0%. A taxa de desocupação das mulheres foi muito maior, 8,7%, o que representou 326 mil mulheres em situação de desemprego.

Já as mulheres negras vivenciam uma dupla discriminação: por sexo e raça/cor e, para elas, a dificuldade no mercado de trabalho sempre foi maior. Do total da população feminina rural desocupada no 4º trimestre de 2022, 65,6% eram negras e 34,4%, não negras. Entre as desempregadas com domicílio rural, essa proporção é ainda maior: 77,6% são negras. Esse resultado chama a atenção quando se constata que a força de trabalho feminina no campo é mais negra: 60,5% das mulheres economicamente ativas - ocupadas ou desempregadas - que residem na zona rural eram negras no período em análise.

[3] Indica a relação de mulheres com 14 anos ocupadas ou desocupadas em relação à PIA feminina de 14 anos e mais

A comparação com o 4º trimestre de 2019 mostra redução da taxa de desocupação para o conjunto das mulheres - de 12,6% para 8,7%. Essa redução foi de 3,2% para 1,9% entre as negras e de 9,4% para 6,7%, entre as não negras.

Taxa de desocupação da população feminina com domicílio na zona rural (%) - Brasil, 4º trimestre de 2019 e 4º trimestre de 2022



Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE

Ocupação

As ocupadas que residem na zona rural somaram 3,8 milhões no 4º trimestre de 2002. Dessas, 1.181 mil ou 34,4% estavam empregadas no setor agrícola. Os outros setores com maior volume de ocupação são o de educação, saúde e serviços sociais (16,1% ou 553 mil) e o de serviços domésticos (15,1% ou 520 mil), seguidos de comércio (10,7% ou 368 mil) e indústria (9,9% ou 340 mil)..

Estimativa de mulheres ocupadas com domicílio na zona rural por grupamento de atividade econômica - Brasil, 4º trimestre de 2022 (em 1.000 pessoas)

Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE

Empregos sem carteira e sem proteção social parece ser uma realidade para a maior parte dos ocupados que reside na zona rural: as trabalhadoras sem carteira do setor público, privado e do trabalho doméstico somaram 30,1% do total de ocupadas. Se a esse percentual forem acrescidas as "trabalhadoras familiares auxiliares", que são as que exerceram trabalho familiar não remunerado e correspondem a 15,4%, chega-se a 45,5% das ocupadas no 4º trimestre de 2022. O acréscimo de 24,3% de conta-própria sem CNPJ e de 0,71% de empregadoras sem CNPJ, eleva a 70,5% as ocupadas com inserção precária[4].

[4] Além dos assalariados do setor privado e público sem carteira assinada, os empregadores ou conta-própria sem CNPJ são também consideradas ocupações precárias.

Estimativa da população feminina com domicílio rural, por posição na ocupação
Brasil, 4º trimestre de 2019 e 4º trimestre de 2022 (em 1.000 pessoas)

Posição na ocupação	4º tri 2019	4º tri 2022	Variação 2022/2019	Proporção (4º trim. 2022)
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	483.084	465.277	-3,7%	13,5%
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	349.494	349.327	-0,1%	10,2%
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	103.239	78.950	-23,5%	2,3%
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	468.331	436.782	-6,7%	12,7%
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	32.397	44.492	37,3%	1,3%
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	205.665	247.870	20,5%	7,2%
Militar e servidor estatutário	293.301	282.550	-3,7%	8,2%
Empregador	52.344	59.426	13,5%	1,7%
Com CNPJ	*33.962*	*35.039*	*3,2%*	*1,0%*
Sem CNPJ	*18.382*	*24.387*	*32,7%*	*0,7%*
Conta-própria	898.570	942.221	4,9%	27,4%
Com CNPJ	*100.848*	*106.587*	*5,7%*	*3,1%*
Sem CNPJ	*797.722*	*835.634*	*4,8%*	*24,3%*
Trabalhador familiar auxiliar	673.114	530.817	-21,1%	15,4
TOTAL	**3.559.540**	**3.437.712**	**-3,4%**	**100,0**

Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE

Entre as mulheres do campo, 942 mil trabalhavam como conta-própria, o que correspondeu a 27,4% das ocupadas. Desse total, 88,7% não tinham CNPJ, o equivalente a 835,6 mil mulheres. Entre o 4º trimestre de 2019 e o mesmo período de 2022, o grupo das que trabalhavam por conta própria com CNPJ cresceu ligeiramente acima do percentual verificado no grupo das sem CNPJ, com aumentos de 5,7% contra 4,8%, respectivamente.

Os dados ainda mostram que houve elevação de 13,5% no número de mulheres empregadoras na zona rural no período analisado - cerca de 7 mil a mais. Dessas, porém, 24,3 mil não possuíam CNPJ no final de 2022, grupo que apresentou crescimento mais expressivo em relação ao 4º trimestre de 2019, com elevação de 32,7%, contra 3,2% de aumento das empregadoras com CNPJ.

Por fim, 41,8% das ocupadas na zona rural contribuíam para a Previdência Social no 4º trimestre de 2022, percentual pouco superior ao verificado no mesmo trimestre de 2019, que foi de aproximadamente 40,0%. Apesar do aumento, mais da

metade dessas trabalhadoras terá dificuldade de se aposentar e sua permanência no mercado de trabalho será prolongada pela necessidade de obtenção de renda.

Rendimento

O rendimento médio nominal das mulheres ocupadas que moravam na zona rural no último quadrimestre de 2022 foi de R$ 1.356,40, equivalendo a aproximadamente 58,0% do valor de R$ 2.341,50 recebido, em média, por todas as mulheres ocupadas no país.

Para as mulheres com residência rural e que trabalhavam na agricultura, os rendimentos, em média, correspondiam a R$ 1.388,31, valor ligeiramente superior à média das ocupadas rurais em todas as atividades.

Os menores salários no campo foram percebidos pelas ocupadas no emprego doméstico, equivalendo, em média, a apenas R$ 760,26, quantia inferior a um salário mínimo. As maiores médias salariais para as mulheres com domicílio na zona rural foram registradas nas ocupações ligadas ao grupo de informação comunicação e atividades financeiras, imobiliárias e administrativas (R$ 2.053,27); no grupo de administração pública, defesa e seguridade social (R$ 1.969,44); e no grupo de educação, saúde e serviços sociais (R$ 1.937,96).

Os dados do 4º trimestre de 2022 mostram também que a remuneração média das mulheres com domicílio rural foi em média 20,0% menor do que a dos homens. Essa diferença, contudo, diminuiu quando se comparam os ocupados apenas no setor agrícola, atividade na qual os salários das mulheres foi 16,2% inferior ao dos homens. A maior desigualdade salarial entre homens e mulheres com domicílio agrícola ocorreu na indústria, onde a remuneração das mulheres foi, em média, 35,4% menor do que a dos homens; e no trabalho doméstico, onde as mulheres receberam, em média, 42,2% a menos do que os homens.

Rendimento médio real de mulheres ocupadas com domicílio na zona rural por grupamento de atividade econômica - Brasil, 4º trimestre de 2022 (em R$ do 4º trimestre de 2022)

Grupamento de atividade econômica	Homem	Mulher	Diferença entre homens e mulheres %)
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.657,23	1.388,31	16,2
Indústria geral	1.808,45	1.169,05	35,4
Construção	1.451,40	(1)	(1)
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.713,65	1.210,96	29,3
Transporte, armazenagem e correio	2.017,66	(1)	(1)
Alojamento e alimentação	1.400,64	1.159,90	17,2
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	2.150,85	2.053,27	4,5
Administração pública, defesa e seguridade social	2.485,75	1.969,44	20,8
Educação, saúde humana e serviços sociais	2.139,73	1.937,96	9,4
Outros Serviços	1.366,12	1.085,44	20,5
Serviços domésticos	1.312,94	760,26	42,1
Atividades mal definidas	(1)	(1)	(1)
Rendimento Médio total	1.695,93	1.356,40	20,0
Rendimento médio do total de ocupados	3.012,42	2.341,50	22,3

Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE

Um dado de extrema relevância, tendo em vista que mais de um terço das mulheres domiciliadas no campo estava ocupada na atividade rural, como relatado anteriormente, é que aproximadamente 1,9 milhão de mulheres que residiam na zona rural recebeu até um salário mínimo no 4º trimestre de 2022. Dessas, 1,3 milhão (ou dois terços) era negra e 584 mil – (ou um terço) - não negras. Entre as ocupadas no setor agrícola residentes em domicílio urbano ou rural, 700 mil receberam até um salário mínimo no período, sendo 486 mil (70%) negras e 214 mil (30%), não negras.

Estimativa de mulheres que ganham até 1 salário mínimo ocupadas no setor agrícola em qualquer domicílio e com domicílio rural em qualquer setor, por cor/raça - Brasil – 4º trimestre de 2022 (em 1.000 pessoas)

Cor/raça	Com domicílio rural ocupadas em qualquer setor	Ocupadas no setor agrícola, em qualquer domicílio
Negras	1.298	486
Não-Negras	584	214
Total	1.882	700

Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE

Os resultados deste estudo, além de confirmarem a maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho, revela que a situação das mulheres residentes na zona rural é ainda mais adversa - tanto em relação às mulheres das zonas urbanas, como em relação aos homens do campo. Também se pôde observar que a situação das mulheres negras no campo – que são mais de 60% da força de trabalho feminina rural - é ainda mais instável, caracterizando-se por maior dificuldade de inserção, menores rendimentos e ocupações precárias.

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria
Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP
Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz
Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP
Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – José Carlos Santos Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP
Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP
Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA
Diretora Executiva - Zenaide Honório
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP
Diretor Executivo – Carlos Andreu Ortiz
CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos

Direção Técnica
Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico
José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto
Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta
Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável
Alexandre Ferraz
Leandro Horie
Patrícia Costa
Vera Gebrim (revisão)